



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da Contratação: Adaptação das unidades de saúde para acatar a Ação Civil Pública - Acessibilidade dos Postos de Saúde – 5000805 - 72.2022.8.24.0026, ao qual o Município de Schroeder é réu, afim de evitar aplicação de sanções e penalidades decorrentes da mesma.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual: Itens do objeto pretendido não estavam contemplados no plano de contratações visto sua particularidade nas especificações.

3. Levantamento de Mercado e identificação da solução que melhor atende a necessidade: Solução existente no momento é a aquisição dos itens do objeto conforme especificações da norma ABNT 9050 para adequar as unidades de saúde, não havendo possibilidade de adaptação dos itens em questão.

4. Descrição, quantidade, preço:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

(x) Utilizado comparativo de valores anexo

4.1. Descrever com base em que foi realizada a estimativa das quantidades: Com levantamento em loco realizado nas unidades de saúde, por profissionais da secretaria de saúde desta municipalidade onde foram aferidos os itens que estão inexatos ao regramento da norma ABNT 9050.

4.2. Descrever com base em que foi feita a estimativa dos valores: Com base nos orçamentos emitidos por fornecedores que dispõem do objeto e pesquisa na web, verificando-se o que se mostra necessário para o cumprimento da ação já mencionada.

5. Requisitos da contratação: Item devem atender as especificações técnicas da norma ABNT 9050 – Acessibilidade.

6. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação: Pela natureza do objeto em questão os itens devem ser entregues na sua totalidade.

7. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis: Atender as exigências da ação já mencionada anteriormente no item 1 deste documento, fornecendo melhores condições para o atendimento de pessoas com deficiência (PDC's) nas unidades de saúde, elencando assim os direitos individuais e coletivos previstos no Art. 5 da CF de 1988 e na lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e de forma indireta beneficiando a coletividade.

8. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual: Não há nenhum tipo de necessidade de



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

capacitação/treinamento dos profissionais envolvidos, pois os itens são de uso rotineiro, sendo comuns aos profissionais e ao público.

9. Contratações correlatas e/ou interdependentes: Será realizada através de serviço de manutenção, já contemplado em outro processo licitatório: Pregão presencial 32/2023, Processo 74/2023, item 02: Horas de serviço geral.

10. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A contratação não gera impacto ambiental, as medidas mitigadoras devem ser tomadas pela fabricante do item a ser adquirido, por sua natureza de processo ser industrializada em sua totalidade, causa impacto ambiental de alguma forma, desde a mineração dos materiais para sua confecção ao acabamento. Apesar disso os objetos em questão demonstram ter vida útil alongada e não necessariamente produzem outros impactos após a instalação e uso; possivelmente gerando apenas resíduos decorrentes da instalação, que serão descartados conforme sua composição de maneira que refreiem qualquer impacto ambiental.

11. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina: Os objetos solicitados estão em conformidade com a norma que foi destinada para o cumprimento da ação ao qual o município é réu. Tendo como justificativa a não aplicação das penalidades cabíveis ao não cumprimento do mesmo.

12. Data e Assinatura de quem fez o Estudo Técnico Preliminar

Nome do responsável: Toni Julivan Mohr

Cargo: Assessor II –

Gerente Administrativo

Schroeder, 22 de fevereiro de 2024